

Relatório Financeiro Intercalar Consolidado

1º Semestre de 2015



Moagem de Cubatão (SP) - Brasil



uma empresa  InterCement

CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S. A.

Rua Alexandre Herculano, 35 | 1250-009 LISBOA | PORTUGAL

Tel. (+351) 21 311 8100 | Fax. (+351) 21 356 1381

Sociedade Aberta | Número único de Pessoa Colectiva e Cons. Reg. Com. de Lisboa: 500 722 900 | Capital Social 672 000 000 Euros

Esta página foi intencionalmente deixada em branco



CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S. A.

Rua Alexandre Herculano, 35 | 1250-009 LISBOA | PORTUGAL

Tel. (+351) 21 311 8100 | Fax. (+351) 21 356 1381

Sociedade Aberta | Número único de Pessoa Colectiva e Cons. Reg. Com. de Lisboa: 500 722 900 | Capital Social 672 000 000 Euros

ÍNDICE

Relatório de Gestão Sobre a Atividade Consolidada	4
Declaração de Conformidade	17
Demonstrações Financeiras Condensadas Consolidadas	18
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	23
Lista dos Titulares de Participações Sociais Qualificadas	48
Informações Exigidas por Diplomas Legais	49



Resiliência: diversificação geográfica e disciplina financeira

Os resultados da Cimpor no primeiro semestre do ano, espelham os méritos da qualidade e diversificação geográfica do seu portfólio de ativos, bem como da sua capacidade de resposta aos desafios dos diferentes ritmos de mercado no presente contexto global de pressão de custos.

O Volume de Negócios cresceu 4,8%, para 1,3 mil milhões de euros, conciliando os efeitos favoráveis do preço e câmbio médios. As vendas de cimento e clínquer, 14 milhões de toneladas, refletem o bom desempenho na Argentina, Paraguai, Moçambique e Portugal, contudo insuficiente para anular o abrandamento no Brasil, Egito e África do Sul que justifica o decréscimo de 5,7% deste indicador.

Beneficiando do equilíbrio na sua exposição geográfica, a Cimpor abrandou o EBITDA (279,2 milhões de euros) em 3% face ao primeiro semestre de 2014, num período marcado pela adversidade observada no Brasil.

Nas demais geografias, a dinâmica de geração de EBITDA revelou um crescimento superior a 37%. Tal deve-se à melhor performance da maioria das unidades de negócio, especialmente notória na Argentina, que liderou os contributos para o EBITDA consolidado, mas também em Portugal e no Paraguai que revelaram crescimentos substanciais neste indicador.

- Brasil: adversidade de condições macro económicas e de mercado – contração da procura e concorrência regional de novos entrantes – aumento de tarifas elétricas e introdução de ajustamento a novo contexto condicionam a geração de EBITDA;
- Argentina: novo recorde de vendas associado a uma contínua melhoria da performance operacional;
- Paraguai: produção integrada acompanha crescimento das vendas estimulando EBITDA;
- Portugal: maiores vendas para mercado interno possibilitam crescimento do EBITDA;
- Egito: retorno ao resultado já esperado após um ano de 2014 excepcional;
- Moçambique: recuperação muito significativa da rentabilidade das operações no 2º trimestre;
- África do Sul: EBITDA cresce com recuperação de preço e efeito cambial.

A margem EBITDA da Cimpor (21,4%) manteve-se uma referência no sector, num contexto de aumento generalizado dos custos energéticos.

Resultados Financeiros melhoram 5,5%, refletindo política cambial. Impostos espelham aumento de atividade em jurisdições com taxas efetivas mais elevadas.

Dívida Financeira Líquida de 3.450 milhões de euros apresenta redução de 3% face a Junho de 2014, mantendo-se próxima do fecho do ano transato.

Sazonalidade, rigor de fundo de maneio e CAPEX e venda de ativos não estratégicos, marcam recuperação de Free Cash Flow no 2º Trimestre.

	PRINCIPAIS INDICADORES					
	1º Semestre			2º Trimestre		
	2015	2014	Var. %	2015	2014	Var. %
Vendas cimento e clínquer (milhares ton)	14.066,7	14.923,3	-5,7	7.273,5	7.752,2	-6,2
Volume de Negócios (milhões de Euros)	1.302,8	1.243,1	4,8	666,2	650,6	2,4
EBITDA (milhões de Euros)	279,2	288,7	-3,3	155,8	155,7	0,1
Resultado Líquido (milhões de Euros) ⁽¹⁾	(7,0)	(0,2)	s.s.	10,2	10,6	-3,9

⁽¹⁾ Atribuível a Detentores de Capital

1. Desempenho Operacional

Diversidade geográfica minimiza impacto em EBITDA. Adversidade no Brasil, enquanto EBITDA gerado nas demais geografias cresce 37%. Aumento de custos energéticos penaliza sector.

A diversificação do portfolio da Cimpor permite apresentar, mais uma vez, uma forte resiliência materializada no equilíbrio de geração de EBITDA dos distintos países. Num contexto económico que persiste bastante heterogéneo, as economias da Argentina e Paraguai, continuam a apresentar elevadas taxas de crescimento e Portugal confirma os sinais de retoma, enquanto no Brasil se assiste a uma retração do mercado condicionando o abrandamento das vendas consolidadas.

O Volume de Negócios revela um crescimento de cerca de 5%, perante a compensação do efeito do abrandamento no Brasil pela evolução favorável dos preços e cambio médios. Contudo, o agravamento de custos energéticos, a concentração de intervenções de manutenção no 1º semestre e as depreciações cambiais que penalizam a aquisição de matérias-primas em dólares, acabaram por impedir o crescimento do EBITDA e condicionar a margem EBITDA da companhia, tida como uma referência no sector, a 21,4%.

O semestre ficou marcado pela adversidade do contexto de mercado no Brasil, enquanto as demais geografias apresentaram em conjunto um crescimento do EBITDA superior a 37%.

A unidade de negócio Argentina, voltou a destacar-se como o principal motor de crescimento no portfolio da Cimpor, facto a que não são alheias a dimensão local e a presente dinâmica de mercado. Em 2015, a economia Argentina vem apresentando uma taxa de crescimento notável, tendo na construção um dos seus principais pilares. Estima-se que a procura de cimento tenha subido cerca de 10% em termos nacionais, marca superada pelas vendas da Cimpor que veem batendo sucessivos recordes.

O agravamento da contração económica do Brasil, com efeitos imediatos no consumo de cimento, e o aumento de competitividade no mercado local – por força da entrada de novos produtores de cimento e clínquer, em especial no Nordeste – determinaram um abrandamento dos volumes de vendas da Cimpor e inviabilizaram o reflexo nos preços de venda da subida dos custos de produção - nomeadamente de eletricidade (+60%) - que, aliada à depreciação do real resultou numa redução do EBITDA de 43,3% no semestre.

Neste contexto, a Cimpor deu seguimento à implementação de um pacote de medidas de ajustamento ao presente enquadramento local, visando a racionalização da estrutura e a otimização dos custos de produção.

No Paraguai, onde a conjuntura económica se apresenta favorável, as ações de estímulo de eficiência e rentabilidade das operações permitiram triplicar o EBITDA registado em igual período do ano anterior.

Em Portugal, onde a recuperação económica tem potenciado sucessivas melhorias no consumo de cimento, as vendas locais da Cimpor têm crescido dois dígitos, enquanto se assegura o dinamismo da atividade exportadora. Beneficiando do peso crescente das vendas internas, o contributo de Portugal e Cabo Verde para os resultados do grupo no semestre, em termos de EBITDA.

As operações em África, nomeadamente no Egito, Moçambique e África do Sul apresentam um resultado operacional inferior ao semestre homólogo resultante, essencialmente, do ajuste à quota de mercado natural no Egito. Este processo era já esperado, dado o nível de vendas atípico que em 2014 se havia alcançado perante uma operacionalidade da concorrência comprometida pela escassez de combustíveis. Neste primeiro semestre, o mercado egípcio demonstrou um ténue crescimento da procura num contexto de incremento de custos energéticos, que a Cimpor vem mitigando através otimização da matriz térmica.

Em Moçambique, o mercado de cimento não apresentou o dinamismo dos últimos anos. Contudo, depois de um 1º trimestre menos favorável a recuperação da Cimpor foi evidente no 2º trimestre, superando-se assim em 2,3% o volume de cimento e clínquer vendido no 1º semestre de 2014. A melhoria da performance industrial e a evolução favorável do preço, acabaram assim por superar a pressão das importações e o aumento do custo das matérias-primas importadas, em face da depreciação do metical.

Já as operações na África do Sul apresentam um crescimento de resultados e rentabilidade em relação ao ano anterior, apesar do 2º trimestre de 2015 comparar com um período homólogo em que a quota de mercado foi acima do habitual.

Vendas

Record histórico na Argentina e recuperação de Portugal, mitigam contração no Brasil e reajustamento no Egito.

No primeiro semestre de 2015, as vendas totais de cimento e clínquer totalizaram 14 milhões de toneladas. O novo record histórico de vendas na Argentina, a par do crescimento observado no Paraguai e mercado interno de Portugal revelaram-se contudo insuficientes para compensar os abrandamentos observados no Egito, Brasil e África do Sul quando comparado com o período homólogo de 2014, determinando uma diminuição de 5,7% deste indicador.

No 2º trimestre de 2015, que compara com um 2º trimestre de 2014 extremamente positivo - no Egito, em resultado da capacidade privilegiada de abastecimento do mercado e na África do Sul por vendas de clínquer acima da quota de mercado - verifica-se uma redução de 6,2% face ao período homólogo.

No Brasil a contração da economia acompanhada pela entrada de novos concorrentes, principalmente na região nordeste, contribuiu para a tendência de redução de volume do primeiro semestre do ano, registando-se um abrandamento de 13,5% em relação ao primeiro semestre de 2014.

Na Argentina a expansão do mercado voltou a permitir um notável crescimento, marcado por sucessivos máximos históricos de expedição de cimento e clínquer. O volume de vendas foi 12,1% superior ao primeiro semestre de 2014 e nos últimos 3 meses reforçou o diferencial para o ano anterior atingindo um crescimento de 17,9% em relação ao 2º trimestre de 2014.

O Paraguai mantém o maior crescimento de entre as geografias onde a Cimpor opera, com um crescimento de 16,7% em relação ao 1º semestre de 2014, beneficiando da recentemente capacidade integrada de produção local num mercado em franco crescimento. No 2º trimestre do ano verifica-se ainda um crescimento mais elevado apesar do aumento da concorrência das importações, estimulado pela apreciação da moeda local face aos países limítrofes.

Em Portugal, o mercado interno consolida a tendência de crescimento verificando-se um aumento do consumo posto um longo período de contração. Em Cabo Verde, verifica-se uma inversão do comportamento do volume de vendas, revelando uma diminuição de 3,4% comparativamente ao período homólogo essencialmente devido ao abrandamento de projetos de construção financiados pelo Estado.

No Egito, assiste-se ao retorno ao resultado já esperado após um ano de 2014 excepcional, beneficiando da incapacidade de abastecimento do mercado pelos principais concorrentes. Em Moçambique, apesar da concorrência do cimento importado, e atraso na execução das obras públicas previstas para o primeiro semestre, o mercado começa a revelar sinais de retoma.

Na África do Sul, o volume de vendas de cimento termina em linha com o ano anterior, no entanto, as vendas excecionais de clínquer a um player local no 2º trimestre de 2014 penalizaram a evolução comparativa do volume de vendas desta unidade de negócio.

VENDAS DE CIMENTO E CLÍNQUER - DESAGREGAÇÃO POR UN						
(Milhares de toneladas)	1º Semestre			2º Trimestre		
	2015	2014	Var. %	2015	2014	Var. %
Brasil	5.397	6.241	-13,5	2.665	3.132	-14,9
Argentina	3.226	2.879	12,1	1.710	1.451	17,9
Paraguai	196	168	16,7	98	73	33,2
Portugal	2.367	2.335	1,4	1.248	1.250	-0,2
Cabo Verde	89	92	-3,4	43	49	-11,6
Egito	1.769	2.094	-15,5	898	1.100	-18,4
Moçambique	669	653	2,3	377	358	5,5
África do Sul	625	706	-11,4	319	411	-22,6
Sub-Total	14.337	15.168	-5,5	7.358	7.824	-6,0
Eliminações Intra-Grupo	-271	-244	10,8	-84	-72	17,8
Total Consolidado	14.067	14.923	-5,7	7.274	7.752	-6,2

Volume de Negócios

Aumento generalizado de preços de venda sustenta crescimento de Volume de Negócios.

O Volume de Negócios alcançado foi de 1.302,8 milhões de euros, que representa um incremento de 4,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O comportamento favorável dos preços na maioria dos países permitiu reverter o abrandamento do volume de vendas observado. Em termos consolidados, o preço médio de venda de cimento neste 1º semestre do ano foi 7,3% superior ao verificado no 1º semestre de 2014.

O crescimento de dois dígitos da Argentina, Paraguai e Moçambique, acompanhado do aumento, acima da média, em Portugal e África do Sul permite superar o decréscimo verificado no Brasil e Egito quando comparado com o 1º semestre de 2014. Portugal, vê reforçado o benefício do aumento do peso de vendas locais face à exportação de cimento e clínquer.

VOLUME DE NEGÓCIOS - DESAGREGAÇÃO POR UN						
(Milhões de Euros)	1º Semestre			2º Trimestre		
	2015	2014	Var. %	2015	2014	Var. %
Brasil	474,4	565,1	-16,1	227,5	291,7	-22,0
Argentina	364,2	238,6	52,6	195,9	121,9	60,8
Paraguai	27,2	21,8	24,9	13,1	9,5	36,9
Portugal	150,6	140,9	6,9	79,6	74,5	6,9
Cabo Verde	13,5	13,5	-0,3	6,7	7,1	-5,8
Egito	123,7	132,2	-6,5	63,0	73,4	-14,1
Moçambique	73,4	62,4	17,7	40,8	33,9	20,1
África do Sul	61,2	57,6	6,2	31,3	33,0	-5,1
Trading / Shipping	173,1	166,7	3,8	85,2	88,7	-3,9
Outras	23,5	25,2	-6,8	11,6	13,1	-11,9
Sub-Total	1.484,7	1.424,1	4,3	754,7	746,8	1,1
Eliminações Intra-Grupo	-181,9	-181,0	0,5	-88,6	-96,2	-7,9
Total Consolidado	1.302,8	1.243,1	4,8	666,2	650,6	2,4

EBITDA

Impacto minimizado, apesar da menor diluição de custos fixos, do aumento de custos energéticos e de manutenção.

O EBITDA gerado no primeiro semestre de 2015, 279,2 milhões de euros, decresceu 3,3% face ao observado em igual período do ano passado (288,7 milhões de euros).

Na maioria dos países o comportamento do EBITDA foi favorável, com destaque para os fortes incrementos já referenciados da Argentina, do Paraguai, e de Portugal e crescimento oriundo de Moçambique, África do Sul e Cabo Verde por contrapartida da retração no Brasil e Egito. Os aumentos resultaram, do dinamismo económico (sobretudo Argentina mas em parte também Portugal) e de uma melhoria substancial da performance (particularmente Paraguai e Moçambique) em função das várias medidas de gestão que têm vindo a ser implementadas.

A margem da Cimpor cifrou-se em 21,4%, mantendo-se uma referência entre os pares da Cimpor. Beneficiada, pelo aumento de preço médio de venda na companhia e pelas vendas de CO2 em Portugal (14 milhões de euros), a margem foi contudo penalizada pela menor diluição dos custos fixos e custos não recorrentes de reestruturação no Brasil (4 milhões de euros) e pelos significativos aumentos nos principais fatores de produção, de entre os quais se destacam os custos da eletricidade. A margem EBITDA excluindo Brasil neste segundo semestre foi de 23,8%.

Especificamente no Brasil, mantiveram-se os sinais de incerteza económica que se refletiu no mercado da construção e no consumo de cimento. O efeito das medidas de ajustamento à conjuntura atual - incluindo ações de racionalização da estrutura e otimização dos custos de produção-, não se revelou ainda suficiente para fazer face à queda do mercado, à pronunciada subida do custo da eletricidade (60%), e aos custos com intervenções de manutenção no 1º semestre. Assim, num contexto de mercado que dificulta a repercussão de refletir do aumento dos custos de produção no preço de venda, em relação ao ano anterior observou-se uma queda 43,3% no EBITDA.

Já na Argentina e Paraguai, mantêm-se os fundamentos que suportam a expansão do setor, reforçando os resultados positivos do primeiro trimestre atingindo um crescimento de EBITDA de 77,6%, mais de 60% desconsiderando o efeito cambial. Neste enquadramento, a Cimpor, consolidou o crescimento de vendas e aumentou a eficiência das operações o que se veio a traduzir num incremento da margem EBITDA de 3,8 pp para 24,5% demonstrando o potencial de otimização de custos com a produção local no Paraguai e a boa performance da operação na Argentina.

Em Portugal o dinamismo do mercado interno aliado à capacidade de exportação resultou numa notável recuperação relativamente ao ano anterior, bem evidenciada pelo facto de o EBITDA da UN Portugal e Cabo Verde ter triplicado no 1º semestre de 2015.

No Egito, conforme esperado após um ano 2014 excepcional, assistiu-se a um abrandamento do EBITDA por via do decréscimo do volume de vendas e da descida do preço do cimento, a que acresceu um incremento de custos com energia em cerca de 30% - impactos mitigados pela aposta local na eficiência operacional.

É de salientar o comportamento muito positivo de Moçambique em particular no 2º trimestre do ano, superando as condições climatéricas adversas e perturbações no abastecimento de energia dos primeiros três meses do ano, neste trimestre, em consequência da acentuada melhoria da performance industrial a rentabilidade da operação cresceu compensado o menor dinamismo do mercado. Paralelamente são já profícuas as medidas de gestão com vista ao fortalecimento das operações e melhoria da eficiência das mesmas.

A África do Sul – conservando o importante contributo em valor absoluto e a mais elevada margem operacional da companhia – manteve um crescimento de EBITDA face a igual período de 2014, no entanto, penalizado neste 2º trimestre pela queda do volume de vendas de clínquer e retração do mercado.

(Milhões de Euros)	EBITDA					
	1º Semestre			2º Trimestre		
	2015	2014	Var. %	2015	2014	Var. %
Brasil	82,3	145,1	-43,3	41,7	78,5	-46,9
Argentina e Paraguai	95,8	54,0	77,6	51,4	24,0	114,1
Portugal e Cabo Verde	35,6	9,3	280,6	25,9	4,6	457,8
África	58,5	70,9	-17,5	31,5	44,9	-29,8
Trading / Shipping e Outros	7,1	9,5	-25,1	5,3	3,6	48,6
Consolidado	279,2	288,7	-3,3	155,8	155,7	0,1
Margem EBITDA	21,4%	23,2%	-1,8 p.p.	23,4%	23,9%	-0,5 p.p.

2. Amortizações e Provisões

Reflexo de investimentos em 2014

As amortizações e provisões continuam a evidenciar um acréscimo no semestre de 10,1% para 101 milhões de euros ainda influenciados, essencialmente, pelo impacto dos investimentos capitalizados em 2014, nomeadamente no Paraguai e Brasil.

3. Resultados Financeiros e Impostos

Coberturas de câmbio permitem atenuar impactos cambiais desfavoráveis

Os resultados financeiros evidenciaram uma melhoria em 5,5% (de um custo de 177 milhões de euros para 167 milhões de euros), para o que contribuiu a política de gestão de riscos cambiais, nomeadamente nas exposições ao USD (ainda assim, com alguma deterioração no segundo trimestre em face da recuperação do Real brasileiro e da depreciação do Guarani paraguaio face ao USD), sendo de salientar que os instrumentos recentemente contratados para proteção da depreciação do euro face ao USD permitiram evitar neste semestre perdas cambiais líquidas adicionais de cerca de 120 milhões de euros.

Os impostos sobre lucros no semestre de 24,6 milhões de euros, ascenderam neste segundo trimestre a cerca de 6,1 milhões de euros (cerca de metade do valor do trimestre homólogo de 2014), continuando a ser bastante influenciados pelos contributos de resultados em jurisdições com taxas efetivas de imposto mais elevadas, nomeadamente na Argentina, e África do Sul, bem como pelo incremento da taxa efetiva de tributação no Egito.

4. Resultado Líquido

Influência determinante dos resultados operacionais e impostos

O Resultado Líquido neste segundo trimestre atingiu os 7,0 milhões de euros positivos, uma melhoria substancial face ao resultado líquido negativo de 19,8 milhões de euros do primeiro trimestre. A melhoria nos resultados operacionais, e em particular no EBITDA, indicador que fechou este trimestre com um valor semelhante ao do trimestre homólogo do ano anterior, e no custo com imposto, foi parcialmente atenuada com um trimestre menos favorável ao nível dos resultados financeiros, levando a que o semestre fechasse com um resultado líquido negativo de 12,8 milhões de euros (positivo de 2,2 milhões de euros no semestre homólogo de 2014).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS						
(Milhões de Euros)	1º Semestre			2º Trimestre		
	2015	2014	Var. %	2015	2014	Var. %
Volume de Negócios	1.302,8	1.243,1	4,8	666,2	650,6	2,4
Cash Costs Operacionais Liq.	1.023,6	954,4	7,2	510,4	494,9	3,1
Cash Flow Operacional (EBITDA)	279,2	288,7	-3,3	155,8	155,7	0,1
Amortizações e Provisões	100,6	91,4	10,1	51,2	48,1	6,4
Resultados Operacionais (EBIT)	178,6	197,3	-9,5	104,6	107,6	-2,7
Resultados Financeiros	-166,8	-176,5	-5,5	-91,5	-83,6	9,5
Resultados Antes de Impostos	11,8	20,8	-43,4	13,1	24,0	-45,3
Impostos sobre o Rendimento	24,6	18,6	32,2	6,1	12,2	-49,8
Resultado Líquido	-12,8	2,2	s.s.	7,0	11,7	-40,7
Atribuível a:						
Detentores de Capital	-7,0	-0,2	s.s.	10,2	10,6	-3,9
Interesses não Controlados	-5,8	2,4	s.s.	-3,3	1,1	s.s.

5. Balanço

Ativo atinge 6.523 milhões de euros. Dívida evidencia redução.

A 30 de junho de 2015, o Ativo da Cimpor atingiu os 6.523 milhões de euros, praticamente inalterado com o verificado no final de 2014.

A Dívida Financeira Líquida apresentou uma redução de 2% neste trimestre, para 3.450 milhões de euros, ficando em linha com o verificado em dezembro de 2014 (3.439 milhões de euros). Face a junho de 2014, a dívida apresenta uma redução de 3,1% face à então existente (3.561 milhões de euros), refletindo a exigente seletividade na política de investimentos, e de rigor na gestão do fundo de maneo.

A deterioração do capital próprio em 11,2% decorre essencialmente do efeito cambial gerado pela evolução do câmbio de fecho do Real face ao Euro na conversão dos ativos denominados naquela moeda.

SÍNTESE DO BALANÇO CONSOLIDADO			
(Milhões de Euros)	30 Jun 2015	31 dez 2014	Var. %
Ativo			
Ativos não Correntes	4.976	5.049	-1,4
Ativos Correntes			
Caixa e Equivalentes	673	724	-7,1
Outros Ativos Correntes	874	780	12,1
Total do Ativo	6.523	6.553	-0,5
Capital Próprio atribuível a:			
Detentores de Capital	826	928	-11,1
Interesses sem Controlo	43	50	-14,4
Total Capital Próprio	869	978	-11,2
Passivo			
Empréstimos e Locações Financeiras	4.366	4.285	1,9
Provisões e Benefícios Pós-Emprego	139	145	-3,8
Outros Passivos	1.149	1.144	0,4
Total Passivo	5.655	5.574	1,4
Total Passivo e Capital Próprio	6.523	6.553	-0,5

6. Free Cash Flow

Sazonalidade, rigor de fundo de maneo e CAPEX, marcam 2º Trimestre

Free Cash Flow de 96 milhões de euros no 2º trimestre suplanta em 54 milhões de euros o valor observado em igual período do ano anterior, e recupera face ao trimestre passado como é próprio da sazonalidade deste indicador.

Maior austeridade em CAPEX e fundo de maneo em todas as geografias, a venda de ativos não estratégicos e a liquidação de instrumentos derivados no Brasil fazem a melhora do Free Cash Flow do semestre, compensando o maior pagamento de impostos no período.

O 1º semestre registou uma evolução favorável do Free Cash Flow, que, ao contrário do ano anterior, se aproxima já do terreno positivo (- 15 milhões de euros).

(Milhões de Euros)	2014					2015	
	1T	2T	3T	4T	Final Ano	1T	2T
EBITDA	133	156	172	184	646	123	156
Fundo de Maneio	-108	-13	5	75	-41	-122	21
Outros	0	-2	0	-13	-15	1	-3
Atividades Operacionais	24	141	178	247	590	2	173
Juros Pagos	-53	-49	-107	-32	-240	-73	-24
Impostos Pagos	0	-13	-4	-25	-42	-1	-27
Fluxo de Caixa antes de investimentos	-28	79	66	190	308	-71	122
CAPEX	-70	-35	-36	-59	-199	-48	-28
Vendas de Ativos / Outros	1	-3	5	3	5	8	2
Fluxo de Caixa para a empresa	-97	41	36	134	113	-111	96
Novos empréstimos e debentures	1014	152	579	28	1.773	112	36
Pagamento de empréstimos e debentures	-1029	-178	-643	-35	-1.886	-38	-141
Dividendos	0	-3	0	0	-3	0	1
Outras atividades de investimento	-9	-20	13	-7	-22	37	10
Alterações em caixa e equivalentes de caixa	-121	-9	-15	120	-24	0	2
Diferenças de câmbio	-1	2	21	7	29	24	-26
Caixa e equivalentes de caixa, final do período	519	512	517	645	645	669	645

7. Perspetivas

Balanceamento do portfolio e aumento de eficiência permitem compensar impacto do atual contexto de mercado no Brasil

Permanecem no contexto económico mundial alguns fatores de incerteza que dificultam a visibilidade no longo prazo, não pondo contudo em causa os fundamentos que suportam a expansão sustentável do setor cimenteiro nos próximos anos.

Apesar do recente arrefecimento económico no Brasil, mantêm-se o potencial da atividade cimenteira nesta geografia, sustentada não só pelo seu perfil demográfico como pela carência de infra-estruturas em geral, inclusive habitacional, e ações em curso para atrair e aumentar os investimentos privados em construção civil.

Neste enquadramento a Cimpor leva presentemente a cabo um pacote de medidas que servem o duplo objetivo de ajuste ao presente momento de mercado e aumento de eficiência de operações. Entre estas destacam-se a racionalização da estrutura - quer por via da suspensão de operações de baixa utilização, quer da adequação da equipa local – a otimização dos custos de produção, o desenvolvimento de parcerias e a revisão dos investimentos.

Na Argentina, num período de definição política, os argentinos continuam a eleger como preferencial a aplicação das suas poupanças no sector imobiliário sustentando o consumo cimenteiro neste país. Também nesta geografia, os fundamentos de sustentação da procura local, como os investimentos reprimidos em infraestrutura, permitem antever de forma positiva o seu desenvolvimento futuro, potenciando a posição de liderança local da Cimpor.

O Paraguai vive uma fase de crescimento económico muito favorável ao desenvolvimento do setor da construção civil, prevendo-se que este ciclo virtuoso se mantenha nos próximos anos.

No Egito, embora a situação político-social ainda não esteja plenamente estabilizada, as perspetivas de mercado permanecem positivas e respondendo a Cimpor com uma incisiva estratégia comercial. A recente expansão do Canal de Suez e o projeto de um grande novo centro urbano no país são a expressão desta nova fase de desenvolvimento que se inicia no país. No âmbito interno, num contexto de retirada de subsídios aos recursos energéticos, a Cimpor prossegue com o processo de otimização da sua matriz energética local.

Em Moçambique, onde a Cimpor anunciou recentemente a instalação de uma nova unidade integrada de produção de cimento em Nacala, será dada continuidade às ações previstas no programa de melhoria de eficiência operacional, às quais se somam as intervenções de melhoria de proteção ambiental. Por sua vez, o mercado Sul-africano de cimento vem mostrando alguns sinais de recuperação, tendência que se espera manter nos próximos anos.

Em Portugal os sinais de recuperação económica são já extensíveis ao consumo de cimento, mantendo a companhia o empenho na atividade exportadora como um veículo estratégico determinante na penetração em diversos mercados. Em Cabo Verde, será especialmente acompanhado a evolução de consumo de cimento pelo sector turístico.

A estratégia da Cimpor manter-se-á especialmente norteada pelo aumento de eficiência e pela preparação da desalavancagem financeira.

Neste enquadramento prossegue com a implementação transversal em toda a empresa de projetos internos de aumento de eficiência, extraindo sinergias, replicando melhores práticas e promovendo o desenvolvimento dos seus produtos e processos, vertente em que o coprocessamento representa uma importante alavanca de valor acrescentado.

As ambições de desenvolvimento da Cimpor passam por uma abordagem disciplinada aos investimentos visando o fortalecimento do balanço para captação futura das oportunidades.

No âmbito da criteriosa alocação de recursos, a Cimpor prossegue com a apreciação do seu portfolio de ativos não operacionais não excluindo hipóteses pontuais de alienação.

8. Ações Próprias

A 30 de junho de 2015, o capital social da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., encontrava-se representado por 672.000.000 ações, com o valor nominal de um euro cada, todas elas admitidas à negociação na Euronext Lisboa.

Em 31 de dezembro do ano transato, a Cimpor detinha em carteira 5.906.098 ações próprias, não tendo alienado ou adquirido ações no primeiro semestre de 2015, pelo que o número de ações próprias permanece inalterado em 30 de junho de 2015.

9. Acontecimentos Societários mais Relevantes do 1ºS 2015

Data	Resumo
26 fevereiro	Anúncio dos Resultados Consolidados do exercício de 2014
27 fevereiro	Cimpor publica convocatória para a Assembleia Geral de 25 de março de 2015
25 março	Assembleia Geral Anual de 2015 deliberou aprovar os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2014, prevendo a não distribuição de dividendos; sendo todos os restantes pontos da ordem do dia foram aprovados.
25 março	Nomeação da Comissão Executiva: Ricardo Fonseca de Mendonça Lima, como Presidente da Comissão Executiva; Claudio Borin Guedes Palaia (CFO) e Néelson Tambelini Junior. E ainda a nomeação de Secretária da Sociedade e Secretário Suplente.
14 maio	Apresentação de Resultados do 1º Trimestre de 2015
23 junho	A Cimpor informa ter dado início ao processo de construção de uma nova fábrica integrada de produção de cimento em Nacala - Moçambique. Um projeto orçado em cerca de 250 milhões de USD

10. Eventos Subsequentes

Comunicado de transação de ações

A Cimpor publicou o comunicado recebido da sua acionista segundo o qual a Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg S.à.r.L. ("CCC Luxembourg") em 23 de julho de 2015, alienou à InterCement Austria Holding GmbH ("IAH") 30.174.446 ações ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor nominal de um euro cada ("Ações Cimpor"), pelo preço total de EUR 91.428.571,00. Na sequência da referida alienação passaram a ser imputáveis à CCC Luxembourg (i) a título direto, 19,55% dos direitos de voto na Cimpor, inerentes a 131.353.069 ações representativas de igual percentagem do capital social desta sociedade; e (ii) a título indireto 74,64% dos direitos de voto na Cimpor, inerentes a 501.580.368 ações representativas de igual percentagem do capital social desta sociedade detidas diretamente pela InterCement Austria Holding GmbH, totalizando, assim, uma participação qualificada global correspondente a 94,11% dos direitos de voto na Cimpor, inerentes a 632.933.437 ações representativas de igual percentagem do capital social desta sociedade.

Comunicado sobre sessão de julgamento do CADE

A 29 de julho de 2015 a Cimpor informou o mercado que nessa data havia decorrido uma sessão de julgamento do Conselho Administrativo de Defesa Económica (CADE), do Brasil, tendo sido julgados os recursos apresentados pelas partes sobre supostas condutas alusivas à prática de infrações à ordem económica nos mercados do cimento e betão pronto no Brasil por diversas empresas do sector, tendo sido mantida pelo CADE a decisão no que tange às suas penalidades principais (nomeadamente uma multa a ser aplicada que ascende a, aproximadamente, 156 milhões de euros). Tendo a empresa a firme convicção que nenhuma infração foi praticada, pelo que as sociedades envolvidas no processo, InterCement Brasil e Cimpor Brasil, hoje InterCement Brasil, esta última irá atempadamente recorrer da decisão.

11. Declaração de conformidade

(nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários)

Tanto quanto é do nosso conhecimento: a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação (Grupo Cimpor); e o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas nos termos do n.º 2 do mesmo artigo.

Lisboa, 17 de agosto de 2015

O Conselho de Administração

Daniel Proença de Carvalho

Nélson Tambelini Júnior

Ricardo Fonseca de Mendonça Lima

José Édison Barros Franco

António Soares Pinto Barbosa

António Henrique de Pinho Cardão

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa



Parque de Materias Primas em Construção – Paraguai

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1º SEMESTRE DE 2015

Demonstração Condensada

do Resultado e de Outro Rendimento Integral Consolidado dos Semestres e Trimestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	1º semestre		2º trimestre	
		2015	2014 (Não auditado)	2015 (Não auditado)	2014 (Não auditado)
Proveitos operacionais:					
Vendas e prestações de serviços	6	1.302.798	1.243.120	666.170	650.600
Outros proveitos operacionais		44.017	11.524	34.351	7.021
Total de proveitos operacionais		1.346.815	1.254.644	700.520	657.621
Custos operacionais:					
Custo das vendas		(311.386)	(296.852)	(149.468)	(160.694)
Fornecimentos e serviços externos		(559.929)	(517.217)	(289.094)	(263.623)
Custos com o pessoal		(168.639)	(137.989)	(86.354)	(71.346)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no goodwill e em ativos fixos tangíveis e intangíveis	6	(101.303)	(90.595)	(51.307)	(47.372)
Provisões	6 e 17	685	(811)	137	(725)
Outros custos operacionais		(27.617)	(13.839)	(19.805)	(6.284)
Total de custos operacionais		(1.168.189)	(1.057.303)	(595.891)	(550.045)
Resultado operacional	6	178.625	197.341	104.630	107.576
Custos e proveitos financeiros, líquidos	6 e 7	(167.913)	(177.490)	(91.596)	(84.519)
Resultados relativos a empresas associadas	6 e 7	715	572	243	572
Resultados relativos a investimentos	6 e 7	363	410	(169)	350
Resultado antes de impostos	6	11.790	20.833	13.108	23.979
Impostos sobre o rendimento	6 e 8	(24.624)	(18.622)	(6.146)	(12.243)
Resultado líquido dos períodos	6	(12.834)	2.211	6.961	11.735
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio:					
Que não serão subsequentemente reclassificados para custos e proveitos:					
Ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal		1.031	1.587	781	1.587
Que poderão vir a ser subsequentemente reclassificados para custos e proveitos:					
Instrumentos financeiros de cobertura		16.328	(97)	15.388	(187)
Variação nos ajustamentos de conversão cambial		(114.096)	6.364	(73.105)	56.224
Ajustamentos de partes de capital em associadas		-	(173)	-	(173)
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio		(96.737)	7.681	(56.937)	57.451
Rendimento integral consolidado dos períodos		(109.571)	9.892	(49.975)	69.186
Resultado líquido dos períodos atribuível a:					
Detentores do capital	10	(6.984)	(199)	10.214	10.624
Interesses sem controlo	6	(5.850)	2.410	(3.253)	1.111
		(12.834)	2.211	6.961	11.735
Rendimento integral consolidado dos períodos atribuível a:					
Detentores do capital		(102.833)	7.375	(43.633)	67.692
Interesses sem controlo		(6.738)	2.517	(6.342)	1.494
		(109.571)	9.892	(49.975)	69.186
Resultado por ação das operações:					
Básico	10	(0,01)	(0,00)	0,02	0,02
Diluído	10	(0,01)	(0,00)	0,02	0,02

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho 2015.

Demonstração Condensada

da Posição Financeira Consolidada em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	Junho 2015	Dezembro 2014
Ativos não correntes:			
Goodwill	11	1.849.696	1.935.467
Ativos intangíveis		31.785	35.003
Ativos fixos tangíveis	12	2.659.893	2.749.557
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	6	9.960	10.752
Outros investimentos		8.852	8.845
Outras dívidas de terceiros		32.677	35.616
Estado e outros entes públicos		37.336	38.836
Outros ativos não correntes	19	227.316	115.175
Ativos por impostos diferidos	8	118.719	119.712
Total de ativos não correntes		<u>4.976.233</u>	<u>5.048.962</u>
Ativos correntes:			
Existências		523.199	467.752
Clientes e adiantamentos a fornecedores		212.536	176.075
Outras dívidas de terceiros		32.429	41.646
Estado e outros entes públicos		76.647	74.387
Caixa e equivalentes de caixa	20	672.759	723.868
Outros ativos correntes	19	29.388	18.311
		<u>1.546.958</u>	<u>1.502.039</u>
Ativos não correntes detidos para venda		-	1.867
Total de ativos correntes		<u>1.546.958</u>	<u>1.503.906</u>
Total do ativo	6	<u><u>6.523.192</u></u>	<u><u>6.552.868</u></u>
Capital próprio:			
Capital	13	672.000	672.000
Ações próprias	14	(27.216)	(27.216)
Ajustamentos de conversão cambial	15	(575.800)	(462.584)
Reservas		284.640	267.273
Resultados transitados		479.068	451.692
Resultado líquido do período	10	(6.984)	27.207
Capital próprio atribuível a acionistas		<u>825.708</u>	<u>928.371</u>
Interesses sem controlo		42.823	50.020
Total de capital próprio	6	<u>868.531</u>	<u>978.391</u>
Passivos não correntes:			
Passivos por impostos diferidos	8	516.730	539.054
Benefícios pós-emprego		13.632	17.229
Provisões	17	121.415	122.276
Empréstimos	18	4.159.096	4.115.219
Locações financeiras		115	-
Outras dívidas a terceiros		16.271	19.425
Estado e outros entes públicos		6.643	7.292
Outros passivos não correntes	19	3.573	6.124
Total de passivos não correntes		<u>4.837.475</u>	<u>4.826.620</u>
Passivos correntes:			
Benefícios pós-emprego		905	904
Provisões	17	3.440	4.469
Empréstimos	18	206.663	169.997
Locações financeiras		203	-
Fornecedores e adiantamentos de clientes		252.209	222.195
Outras dívidas a terceiros		92.751	108.809
Estado e outros entes públicos		74.036	61.954
Outros passivos correntes	19	186.978	179.530
Total de passivos correntes		<u>817.186</u>	<u>747.857</u>
Total do passivo	6	<u>5.654.661</u>	<u>5.574.478</u>
Total do passivo e capital próprio		<u>6.523.192</u>	<u>6.552.868</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2015.

Demonstração Condensada

das Alterações no Capital Próprio Consolidado dos Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	Capital	Ações próprias	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Capital próprio atribuível a acionistas	Interesses sem controlo	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2013		672.000	(27.216)	(428.017)	276.222	473.386	(19.351)	947.025	40.536	987.561
Resultado líquido do período	6	-	-	-	-	-	(199)	(199)	2.410	2.211
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio		-	-	6.299	1.275	-	-	7.574	107	7.681
Total do rendimento consolidado integral		-	-	6.299	1.275	-	(199)	7.375	2.517	9.892
Aplicação do resultado consolidado de 2013:		-	-	-	-	(19.351)	19.351	-	-	-
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	(1.931)	-	(1.931)	(1.453)	(3.384)
Dividendos distribuídos	9	-	-	-	-	500	-	(147)	(33)	(179)
Variações de participações financeiras e outros		-	-	-	(647)	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2014 (Não auditado)		672.000	(27.216)	(421.718)	276.851	452.604	(199)	952.322	41.568	993.890
Saldo em 31 de dezembro de 2014		672.000	(27.216)	(462.584)	267.273	451.692	27.207	928.371	50.020	978.391
Resultado líquido do período	6	-	-	-	-	-	(6.984)	(6.984)	(5.850)	(12.834)
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio		-	-	(113.216)	17.367	-	-	(95.849)	(888)	(96.737)
Total do rendimento consolidado integral		-	-	(113.216)	17.367	-	(6.984)	(102.833)	(6.738)	(109.571)
Aplicação do resultado consolidado de 2014:		-	-	-	-	27.207	(27.207)	-	-	-
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	-	-	-	(694)	(694)
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	235	405
Variações de participações financeiras e outros		-	-	-	-	170	-	170	-	-
Saldo em 30 de junho de 2015		672.000	(27.216)	(575.800)	284.640	479.068	(6.984)	825.708	42.823	868.531

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2015.

Demonstração Condensada

dos Fluxos de Caixa Consolidados dos Semestres e Trimestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	1º semestre		2º trimestre	
		2015	2014 (Não auditado)	2015 (Não auditado)	2014 (Não auditado)
Atividades operacionais:					
Fluxos das atividades operacionais	(1)	147.698	153.120	146.220	128.184
Atividades de investimento:					
Recebimentos provenientes de:					
Fundos exclusivos e outros investimentos	20	50.366	66	12.207	66
Ativos fixos tangíveis		8.614	1.826	728	1.227
Juros e proveitos similares		4.112	2.328	2.079	767
Dividendos		1.506	116	1.356	-
Outros		1	-	1	-
		64.598	4.336	16.371	2.060
Pagamentos respeitantes a:					
Fundos exclusivos e outros investimentos		-	(28.921)	-	(20.191)
Ativos fixos tangíveis		(73.441)	(102.354)	(26.132)	(33.201)
Ativos intangíveis		(2.891)	(2.264)	(2.049)	(1.520)
Outros		-	(4.750)	-	(4.605)
		(76.332)	(138.289)	(28.182)	(59.516)
Fluxos das atividades de investimento	(2)	(11.733)	(133.953)	(11.811)	(57.456)
Atividades de financiamento:					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos	20	147.605	1.166.020	35.566	151.726
Outros	19	40.066	-	39.838	-
		187.671	1.166.020	75.404	151.726
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos	20	(178.888)	(1.207.772)	(140.819)	(178.429)
Juros e custos similares		(140.620)	(104.025)	(66.041)	(49.597)
Dividendos	9	-	(1.931)	-	(1.931)
Outros		(2.060)	(1.156)	(1.156)	(1.182)
		(321.567)	(1.314.884)	(208.016)	(231.139)
Fluxos das atividades de financiamento	(3)	(133.896)	(148.864)	(132.612)	(79.413)
Varição de caixa e seus equivalentes	(4)=(1)+(2)+(3)	2.069	(129.697)	1.797	(8.685)
Efeito das diferenças de câmbio e de outras transações não monetárias		(1.790)	896	(26.062)	1.700
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		644.573	640.326	669.116	518.510
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	20	644.851	511.524	644.851	511.524

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2015.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em 30 de junho de 2015

(Montantes expressos em milhares de euros)

ÍNDICE

1.	Nota introdutória	24
2.	Bases de apresentação	24
3.	Principais políticas contabilísticas	24
4.	Alterações no perímetro de consolidação	25
5.	Cotações.....	25
6.	Segmentos operacionais	25
7.	Resultados financeiros	28
8.	Imposto sobre o rendimento.....	29
9.	Dividendos.....	31
10.	Resultados por ação.....	32
11.	Goodwill	32
12.	Ativos fixos tangíveis	33
13.	Capital.....	33
14.	Ações próprias.....	33
15.	Ajustamentos de conversão cambial.....	34
16.	Passivos contingentes, garantias e compromissos.....	34
17.	Provisões	37
18.	Empréstimos.....	38
19.	Instrumentos financeiros derivados.....	41
20.	Notas às demonstrações de fluxos de caixa consolidadas.....	42
21.	Partes relacionadas	43
22.	Ativos e passivos financeiros no âmbito do IAS 39.....	43
23.	Eventos subsequentes	46
24.	Aprovação das demonstrações financeiras	47

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em 30 de junho de 2015

(Montantes expressos em milhares de euros)

1. Nota introdutória

A Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“CIMPOR” ou “Empresa”), constituída em 26 de março de 1976, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., sofreu diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo empresarial que em 30 de junho de 2015 detinha atividades operacionais em 8 países: Portugal, Egito, Paraguai, Brasil, Moçambique, África do Sul, Argentina e Cabo Verde (“Grupo Cimpor” ou “Grupo”).

O fabrico e comercialização do cimento constituem o negócio nuclear do Grupo. Betões, agregados e argamassas são produzidos e comercializados numa ótica de integração vertical dos negócios.

O Grupo detém as suas participações concentradas essencialmente em duas sub-holdings: (i) a Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra as participações nas sociedades que se dedicam à produção de cimento, betão, agregados, argamassas, artefactos de betão, e atividades conexas, em Portugal; e, (ii) a Cimpor Trading e Inversiones, S.A., que detém as participações nas sociedades sedeadas fora de Portugal.

2. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2015 foram preparadas em conformidade com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar, no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, ajustadas no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para o período económico iniciado em 1 de janeiro de 2015.

3. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e descritas no respetivo anexo, exceto no que respeita às normas e interpretações cuja data de eficácia corresponde aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015, da adoção das quais

não resultaram impactos relevantes no resultado e no rendimento integral ou na posição financeira do Grupo.

4. Alterações no perímetro de consolidação

Nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 não ocorreram alterações no perímetro de consolidação.

5. Cotações

As cotações utilizadas na conversão, para euros, dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, bem como dos resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, foram as seguintes:

Divisa	Câmbio fecho (EUR / Divisa)			Câmbio médio (EUR / Divisa)		
	Junho 2015	Dezembro 2014	Var.% (a)	Junho 2015	Junho 2014	Var.% (a)
USD Dólar americano	1,1153	1,2149	8,9	1,1148	1,3707	23,0
BRL Real brasileiro	3,4603	3,2270	(6,7)	3,3084	3,1484	(4,8)
MZN Novo metical moçambicano	42,3797	40,0919	(5,4)	38,8297	42,6703	9,9
CVE Escudo cabo verdiano	110,265	110,265	-	110,265	110,265	-
EGP Libra egípcia	8,5103	8,6864	2,1	8,4429	9,6166	13,9
ZAR Rand sul africano	13,5432	14,0488	3,7	13,2877	14,6475	10,2
ARS Peso argentino	10,1380	10,1734	0,3	9,8442	10,6962	8,7
PYG Guarani paraguaio	5.771,69	5.623,91	(2,6)	5.476,66	6.124,50	11,8

a) A variação é calculada com base no câmbio convertido moeda local / Euros.

6. Segmentos operacionais

A principal informação relativa aos resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, dos diversos segmentos operacionais, sendo estes correspondentes a áreas geográficas onde o Grupo opera, é a seguinte:

	Junho 2015				Junho 2014			
	Vendas e prestações de serviços			Resultados operacionais	Vendas e prestações de serviços			Resultados operacionais
Cientes externos	Intersegmentais	Total	Cientes externos		Intersegmentais	Total		
Segmentos operacionais:								
Brasil	474.350	-	474.350	43.235	565.001	119	565.120	107.411
Argentina e Paraguai	391.397	-	391.397	68.611	260.219	-	260.219	36.234
Portugal e Cabo Verde	99.585	64.329	163.915	16.760	92.556	61.724	154.280	(12.411)
Egito	123.674	-	123.674	21.112	132.227	-	132.227	37.091
Moçambique	73.444	-	73.444	7.829	62.406	-	62.406	7.898
África do Sul	59.113	2.054	61.167	14.268	56.058	1.546	57.603	13.648
Total	1.221.564	66.384	1.287.947	171.814	1.168.466	63.389	1.231.855	189.871
Não afetos a segmentos (a)	81.234	115.373	196.607	6.812	74.654	117.257	191.910	7.470
Eliminações	-	(181.757)	(181.757)	-	-	(180.646)	(180.646)	-
	1.302.798	-	1.302.798	178.625	1.243.120	-	1.243.120	197.341
Custos e proveitos financeiros, líquidos				(167.913)				(177.490)
Resultados relativos a empresas associadas				715				572
Resultados relativos a investimentos				363				410
Resultado antes de impostos				11.790				20.833
Impostos sobre o rendimento				(24.624)				(18.622)
Resultado líquido do período				(12.834)				2.211

- (a) Esta rubrica inclui; (i) sociedades holdings e tradings não afetas a segmentos específicos e (ii) eliminações intra-grupo entre segmentos.

A 30 de junho de 2015, os Resultados operacionais no Segmento “Portugal e Cabo Verde” encontram-se influenciados pelo registo de um ganho líquido de 14.087 milhares de euros, em resultado da alienação de 3.400.000 Licenças de emissão de CO₂, por cerca de 25.180 milhares de euros, deduzido da responsabilidade registada de 11.093 milhares de euros, correspondente a 1.495.010 toneladas de CO₂ emitidas no 1º semestre de 2015.

De referir ainda que, naquele semestre foi também contratada a aquisição de 2.050.000 Licenças de emissão de CO₂, com vencimento para 22 de março de 2016, ao preço médio de 7,54 euros por Licença.

De referir igualmente que em resultado de processos de reestruturações em curso no Grupo, com particular relevo na Área de negócios do Brasil, os custos não recorrentes com indemnizações ascenderam no semestre findo em 30 de junho de 2015 a cerca de 4.200 milhares de euros (cerca de 1.200 milhares de euros no semestre findo em 30 de junho de 2014).

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado dos segmentos, sem consideração da parte imputável a interesses sem controlo, a qual ascende aos seguintes valores:

	Junho 2015	Junho 2014
Segmentos operacionais:		
Argentina e Paraguai	(4.468)	1.360
Portugal e Cabo Verde	93	77
Egito	78	195
Moçambique	(1.572)	316
África do Sul	622	716
Não afetos a segmentos	(603)	(253)
	<u>(5.850)</u>	<u>2.410</u>

Outras informações:

	Junho 2015			Junho 2014		
	Dispêndios de capital fixo	Amortizações, depreciações e perdas por imparidade a)	Provisões	Dispêndios de capital fixo	Amortizações, depreciações e perdas por imparidade a)	Provisões
Segmentos operacionais:						
Brasil	44.311	39.024	-	79.937	37.607	74
Argentina e Paraguai	31.064	26.746	468	18.031	17.730	-
Portugal e Cabo Verde	1.540	18.816	5	1.939	21.645	114
Egito	5.152	6.101	62	2.192	4.993	-
Moçambique	7.218	4.150	-	4.968	2.642	-
África do Sul	3.320	4.974	1	496	4.469	143
Não afetos a segmentos	1.660	1.492	(1.221)	469	1.509	480
	94.265	101.303	(685)	108.032	90.595	811

- a) As perdas por imparidade incluídas nos valores indicados, quando aplicável, dizem respeito a perdas por imparidade no goodwill e em ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Os ativos e passivos por segmento operacional e a respetiva reconciliação com o total consolidado em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 são como segue:

	Junho 2015			Dezembro 2014		
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Ativo	Passivo	Ativo líquido
Segmentos operacionais:						
Brasil	3.385.532	1.558.678	1.826.854	3.655.571	1.650.058	2.005.513
Argentina e Paraguai	1.190.170	595.974	594.196	1.174.579	591.191	583.388
Portugal e Cabo Verde	486.578	437.437	49.141	472.850	421.989	50.861
Egito	396.558	97.620	298.939	377.225	93.730	283.496
Moçambique	243.435	163.792	79.643	222.355	130.454	91.901
África do Sul	278.450	121.500	156.950	265.516	118.316	147.201
	5.980.724	2.975.001	3.005.723	6.168.096	3.005.738	3.162.359
Não afetos a segmentos	1.106.273	3.253.424	(2.147.152)	972.350	3.167.070	(2.194.720)
Eliminações	(573.765)	(573.765)	-	(598.330)	(598.330)	-
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	9.960	-	9.960	10.752	-	10.752
Total consolidado	6.523.192	5.654.661	868.531	6.552.868	5.574.478	978.391

7. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 tinham a seguinte composição:

	Junho 2015	Junho 2014
Custos financeiros:		
Juros suportados	136.579	128.989
Diferenças de câmbio desfavoráveis (a)	107.232	45.289
Variação de justo valor:		
Instrumentos financeiros derivados de negociação (b)	6.077	27.261
	<u>6.077</u>	<u>27.261</u>
Outros custos financeiros	22.216	24.843
	<u>272.104</u>	<u>226.382</u>
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	18.141	18.371
Diferenças de câmbio favoráveis (a)	54.105	22.589
Variação de justo valor:		
Instrumentos financeiros derivados de negociação (b)	24.055	5.766
	<u>24.055</u>	<u>5.766</u>
Outros proveitos financeiros (c)	7.890	2.166
	<u>104.191</u>	<u>48.892</u>
Custos e proveitos financeiros, líquidos	(167.913)	(177.490)
Resultados relativos a empresas associadas:		
De equivalência patrimonial:		
Perdas em empresas associadas	(15)	-
Ganhos em empresas associadas	730	572
	<u>715</u>	<u>572</u>
Resultados relativos a investimentos:		
Ganhos/(Perdas) obtidos em investimentos	363	410
	<u>363</u>	<u>410</u>

(a) No semestre findo em 30 de junho de 2015, as diferenças de câmbio desfavoráveis e favoráveis, estão significativamente influenciadas pelo efeito da valorização do USD face à totalidade das moedas funcionais no Grupo na conversão dos ativos e passivos financeiros denominados naquela moeda. Decorrente da contratação de instrumentos financeiros derivados com o objetivo de cobertura da exposição cambial do Euro face ao USD nas dívidas contratadas nesta última moeda (Nota 19), foram compensadas, mediante o mecanismo de contabilidade de cobertura, diferenças de câmbio negativas de cerca 120.000 milhares de euros.

(b) Estas rubricas são compostas por variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados com a finalidade de cobrirem os riscos de taxa de juro e taxa de câmbio que não foram qualificados para efeitos de contabilidade de cobertura. Nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014, decorrente da variação de justos valores, foi reconhecido um proveito financeiro líquido de 17.978 milhares de euros e um custo financeiro líquido de 21.496 milhares de euros, respetivamente.

- (c) Os outros proveitos financeiros, no semestre findo em 30 de junho de 2015, encontram-se influenciados pela operação de recompra de obrigações emitidas pela Cimpor Financial Operations, B.V., no valor nominal de 20.650 milhares de dólares a qual gerou um ganho financeiro para o Grupo de 3.104 milhares de euros (Nota 18).

8. Imposto sobre o rendimento

As empresas do Grupo são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal das respetivas jurisdições em que o Grupo desenvolve a sua atividade.

O imposto sobre o rendimento relativo aos restantes segmentos geográficos é calculado às respetivas taxas em vigor, conforme segue:

	Junho 2015	Junho 2014
Portugal	22,5%	24,5%
Brasil	34,0%	34,0%
Moçambique	32,0%	32,0%
África do Sul	28,0%	28,0%
Egito	30,0%	25,0%
Argentina	35,0%	35,0%
Paraguai	10,0%	10,0%
Áustria	25,0%	25,0%
Espanha	28,0%	30,0%
Outros	21%-25%	25,0%

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 é como segue:

	Junho 2015	Junho 2014
Imposto corrente	34.790	20.900
Imposto diferido	(10.550)	(2.278)
Reforços de provisões para impostos (Nota 17)	384	-
Encargo do período	<u>24.624</u>	<u>18.622</u>

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal foram reconhecidas conforme disposto na IAS 12 - Imposto sobre o rendimento ("IAS 12").

De modo a facilitar a compreensão e comparabilidade do encargo de imposto, a reconciliação da taxa de imposto nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 não considera os

resultados negativos (cerca de 36 milhões de euros e 50 milhões de euros, respetivamente), das entidades detentoras de dívida, sobre os quais não foram registados os correspondentes efeitos fiscais, por neste momento não existirem projeções que permitam antecipar a respetiva recuperação. A reconciliação, desconsiderando aquele efeito, é a seguinte:

	Junho 2015	Junho 2014
Resultado antes de impostos	11.790	20.833
Resultados das entidades detentores de dívida	35.861	50.446
Resultado ajustado para efeito de reconciliação	47.651	71.279
Taxa de imposto aplicável em Portugal	22,50%	24,50%
Imposto teórico	10.721	17.463
Resultados operacionais e financeiros não tributados	3.053	(2.112)
Ajustes a impostos diferidos	(1.227)	2.068
Diferenças de taxas de tributação	6.299	2.528
Outros	5.777	(1.325)
Custo de imposto	24.624	18.622

Em 30 de junho de 2015 as diferenças de taxas de tributação refletem o maior contributo de resultados tributados em jurisdições com taxas de imposto mais elevadas (além do efeito base pela redução da taxa de imposto aplicável em Portugal), sendo de destacar os contributos das Áreas de Negócio da Argentina e Egito.

Em 30 junho de 2015 os resultados operacionais e financeiros não tributados estavam negativamente influenciados pelo efeito de diferenças permanentes face aos resultados registados. Em 30 de junho de 2014, encontravam-se positivamente influenciados por um benefício de isenção de imposto sobre o rendimento numa empresa do Grupo, o qual terminou naquele exercício.

Nos outros incluem-se os encargos associados à tributação dos dividendos e o efeito de ajustes de imposto de exercícios anteriores.

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, foram os seguintes:

Ativos por impostos diferidos:	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	127.401
Efeito da conversão cambial	4.256
Imposto sobre o rendimento	4.803
Capital próprio	(648)
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>135.813</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	119.712
Efeito da conversão cambial	(4.984)
Imposto sobre o rendimento	5.200
Capital próprio	(1.209)
Saldo em 30 de junho de 2015	<u>118.719</u>
Passivos por impostos diferidos:	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	575.799
Efeito da conversão cambial	(11.059)
Imposto sobre o rendimento	2.525
Capital próprio	16
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>567.282</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	539.054
Efeito da conversão cambial	(18.078)
Imposto sobre o rendimento	(5.350)
Capital próprio	1.104
Saldo em 30 de junho de 2015	<u>516.730</u>
Impostos diferidos líquidos em 30 de junho de 2014	<u>(431.469)</u>
Impostos diferidos líquidos em 30 de junho de 2015	<u>(398.011)</u>

Os impostos diferidos são registados diretamente em capital próprio sempre que as situações que os originam têm idêntico impacto.

9. Dividendos

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 25 de março de 2015, foi proposta a não distribuição de dividendos para o exercício de 2015. No período findo em 30 de junho de 2014, foi deliberado o pagamento de dividendos correspondentes a 0,0029 euros por ação, tendo sido pago um valor global de 1.931 milhares de euros.

10. Resultados por ação

O resultado por ação, básico e diluído, dos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	1º semestre		2º trimestre	
	2015	2014	2015	2014
Resultado por ação básico				
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período)	(6.984)	(199)	10.214	10.624
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares) (a)	666.094	666.094	666.094	666.094
	(0,01)	(0,00)	0,02	0,02

(a) O número médio de ações encontra-se ponderado pelo número médio de ações próprias em cada um dos correspondentes períodos.

Pelo facto de nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 não existirem efeitos diluídos do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

11. Goodwill

Durante os semestres findos em 30 junho de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos valores de Goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Ativo bruto:	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.976.672
Efeito da conversão cambial	38.121
Saldo em 30 de junho de 2014	2.014.793
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.953.467
Efeito da conversão cambial	(85.771)
Saldo em 30 de junho de 2015	1.867.696
Perdas por imparidade acumuladas:	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	18.001
Saldo em 30 de junho de 2014	18.001
Saldo em 31 de dezembro de 2014	18.001
Saldo em 30 de junho de 2015	18.001
Valor líquido a 30 de junho de 2014	1.996.792
Valor líquido a 30 de junho de 2015	1.849.696

Os valores de Goodwill são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os quais são efetuados por referência aos valores

recuperáveis de cada uma das áreas de negócios a que se encontram afetos. Os desvios verificados no semestre findo em 30 de junho de 2015 nos valores projetados não são interpretados como indícios de imparidade, pelo que a atualização dos referidos testes será realizada apenas no decurso no segundo semestre, após conclusão do processo de revisão de projeções de negócio.

12. Ativos fixos tangíveis

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros ativos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos tangíveis	Total
Ativo bruto:										
Saldo em 31 de dezembro de 2013	616.890	975.136	2.671.113	131.820	37.259	9.922	8.025	348.119	80.643	4.878.929
Efeito da conversão cambial	(19.985)	3.865	1.046	(2.785)	(403)	(204)	(350)	8.891	5.217	(4.709)
Adições	3.204	280	3.041	130	4	-	541	54.772	45.492	107.464
Alienações	-	(128)	(2.013)	(1.054)	(68)	(4)	(1)	-	(23)	(3.291)
Abates	-	-	(2)	(4)	(38)	(16)	(1)	-	-	(60)
Transferências	4.621	21.157	77.784	(1.800)	180	64	(686)	(104.115)	(576)	(3.369)
Saldo em 30 de junho de 2014	604.730	1.000.310	2.750.969	126.308	36.935	9.763	7.529	307.667	130.753	4.974.964
Saldo em 31 de dezembro de 2014	618.707	980.439	2.905.372	125.572	37.815	10.213	7.128	219.357	136.975	5.041.579
Efeito da conversão cambial	(15.503)	(27.127)	(64.001)	(2.545)	(358)	38	(164)	(12.457)	6.307	(115.810)
Adições	9.803	39	9.037	848	167	48	1.586	54.891	16.338	92.757
Alienações	(215)	(278)	(1.992)	(218)	(61)	(13)	(867)	(335)	-	(3.978)
Transferências	3.525	5.042	18.832	8.267	482	242	330	(34.919)	(2.937)	(1.137)
Saldo em 30 de junho de 2015	616.317	958.116	2.867.248	131.923	38.045	10.528	8.013	226.537	156.684	5.013.411
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo em 31 de dezembro de 2013	58.512	388.989	1.563.414	51.508	30.621	8.026	3.368	-	-	2.104.438
Efeito da conversão cambial	(133)	5.024	23.129	772	(122)	(115)	(93)	-	-	28.461
Reforços	5.894	20.038	53.117	5.144	865	221	1.422	-	-	86.701
Reduções	-	(26)	(1.773)	(357)	(67)	(4)	-	-	-	(2.227)
Abates	-	-	(2)	(2)	(38)	(10)	(1)	-	-	(53)
Transferências	-	(11)	3.510	(3.214)	(3)	-	(188)	-	-	93
Saldo em 30 de junho de 2014	64.273	414.014	1.641.395	53.850	31.256	8.118	4.508	-	-	2.217.414
Saldo em 31 de dezembro de 2014	74.333	422.936	1.690.943	59.690	31.897	8.470	3.753	-	-	2.292.021
Efeito da conversão cambial	(1.262)	(6.505)	(23.889)	(1.400)	(210)	50	(40)	-	-	(33.257)
Reforços	8.799	16.668	65.496	5.436	922	213	744	-	-	98.277
Reduções	(119)	(39)	(1.783)	(146)	(61)	(13)	(2)	-	-	(2.162)
Transferências	(39)	(34)	(580)	(536)	(3)	-	(169)	-	-	(1.361)
Saldo em 30 de junho de 2015	81.711	433.025	1.730.187	63.044	32.544	8.720	4.286	-	-	2.353.518
Valor líquido a 30 de junho de 2014	540.457	586.296	1.109.574	72.458	5.679	1.645	3.022	307.667	130.753	2.757.550
Valor líquido a 30 de junho de 2015	534.606	525.091	1.137.061	68.880	5.501	1.808	3.727	226.537	156.684	2.659.893

Em 30 de junho de 2015, os ativos tangíveis em curso e os adiantamentos por conta de ativos tangíveis incluem os valores incorridos com a construção e melhoria de instalações e equipamentos afetos ao negócio de cimento em várias unidades produtivas, essencialmente nas áreas de negócios do Brasil, Egito e Moçambique.

13. Capital

Em 30 de junho de 2015, o capital, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 672.000.000 ações, com o valor nominal de um euro cada, cotadas na Euronext Lisbon.

14. Ações próprias

Em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, existiam 5.906.098 ações próprias.

A legislação comercial relativa a ações próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas ações, a qual se torna indisponível enquanto essas ações não forem alienadas. Os ganhos e perdas na alienação de ações próprias são registados em reservas.

15. Ajustamentos de conversão cambial

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, resultaram da conversão para euros das demonstrações financeiras de entidades do Grupo, com as seguintes moedas funcionais:

	Libra egípcia	Real brasileiro	Novo metical moçambicano	Rand sul africano	Peso argentino	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(72.577)	(2.880)	(7.478)	(121.433)	(225.228)	1.580	(428.017)
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	(3.812)	127.169	(3.469)	(645)	(111.783)	(1.160)	6.299
Saldo em 30 de junho de 2014	(76.390)	124.289	(10.946)	(122.078)	(337.012)	419	(421.718)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(46.455)	(2.796)	(5.832)	(117.035)	(292.627)	2.160	(462.584)
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	5.917	(123.246)	(3.278)	5.397	2.115	(121)	(113.216)
Saldo em 30 de junho de 2015	(40.538)	(126.042)	(9.110)	(111.638)	(290.511)	2.039	(575.800)

Em 30 de junho de 2015 e 2014, não se encontravam contratados quaisquer instrumentos financeiros derivados com a finalidade de efetuar coberturas de investimentos em entidades estrangeiras.

16. Passivos contingentes, garantias e compromissos

Passivos contingentes

No decurso normal da sua atividade, o Grupo está envolvido em processos judiciais e reclamações, quer relacionados com produtos e serviços, quer de natureza ambiental, laboral e regulatória. Face às naturezas dos mesmos, correspondente avaliação e provisões constituídas, a expectativa existente é de que, do respetivo desfecho, não resultem efeitos materiais em termos da atividade desenvolvida, posição patrimonial e resultado das operações.

Em 30 de junho de 2015, o Grupo possui uma exposição a passivos contingentes de 688 milhões de euros (663 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014), sendo 10 milhões de euros de passivos contingentes relacionados com processos de natureza laboral (8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014), 461 milhões de euros de passivos contingentes decorrentes de processos tributários (435 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014), 217 milhões de euros de passivos contingentes relativos a processos cíveis e administrativos de outras naturezas (220 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014), cuja probabilidade de perda foi considerada possível, conforme opinião dos assessores jurídicos.

Em particular, no Brasil, o Grupo e outras empresas do setor são partes em processos administrativos relativos a aspetos de defesa da concorrência, em trâmite perante o Conselho

Administrativo de Defesa Económica – CADE. Já em julho de 2015, o Tribunal do CADE julgou o recurso administrativo apresentado pelo Grupo no processo iniciado pelas autoridades da concorrência no Brasil em 2007 (bem como pelas demais empresas envolvidas), mantendo a decisão de condenação pela formação de cartel e aplicação de multa pecuniária, além de outras penalidades acessórias. A multa aplicada ao Grupo em 30 de junho de 2015 ascende a, aproximadamente, 156 milhões de euros (correspondente a 241.700 milhares de BRL para a InterCement e 297.820 milhares de BRL para a CCB, entretanto fusionadas), ficando o Grupo obrigado a alienar 20% da sua capacidade instalada dos ativos de betão nos mercados relevantes brasileiros em que atua, entre outras penalidades acessórias. O Grupo recorrerá judicialmente da decisão. Considerando a opinião dos seus assessores jurídicos, de que a perda na esfera judicial é classificada como possível, não foi constituída provisão para este passivo contingente.

De salientar também no Egito, no semestre findo em 30 de junho de 2015, que duas das nossas Empresas receberam notificações da companhia fornecedora de energia elétrica para pagamento de uma multa de 15,5 milhões de euros (132 milhões de EGP) e para a obrigação de realização de investimentos relacionados com o abastecimento de energia elétrica, de 7 milhões de euros (60 milhões de EGP). Estas notificações resultam do entendimento de que não teriam sido cumpridos determinados procedimentos legais, o que é contestado pelas nossas Empresas, que já em abril deste ano apresentaram uma reclamação junto da respetiva autoridade reguladora.

É de realçar ainda que em Espanha, em março de 2015, o Supremo Tribunal emitiu uma sentença que anulou as liquidações adicionais efetuadas pelas autoridades tributárias aos exercícios de 2002 a 2004 e cujo valor ascendia a 27 milhões de euros. Como consequência, os passivos contingentes qualificados como de perda remota reduziram-se naquele montante, para cerca de 34 milhões, e bem assim o valor das correspondentes garantias.

Garantias

Em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o **Grupo** tinha solicitado a apresentação em benefício de terceiros de garantias, de 405.142 milhares de euros e 429.282 milhares de euros, respetivamente, detalhadas como segue:

	Junho 2015	Dezembro 2014
Garantias prestadas:		
Por processos fiscais em curso	244.601	271.762
A entidades financiadoras	120.004	116.048
A fornecedores	3.855	5.003
Outros	36.681	36.469
	<u>405.142</u>	<u>429.282</u>

Compromissos

No decurso normal da sua atividade, o Grupo assume compromissos relacionados, essencialmente, com a aquisição de equipamentos, no âmbito das operações de investimento em curso, e com a compra e venda de participações financeiras.

Em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 os compromissos mais significativos referem-se a contratos para aquisição de ativos fixos e existências bem como para a operação de instalações localizadas em propriedade alheia, eram como segue:

	Junho 2015	Dezembro 2014
Área de negócio:		
Brasil	90.362	100.059
Argentina	99.525	85.102
Egipto	16.195	19.257
Portugal	22.665	7.907
Moçambique	1.889	-
Africa do Sul	447	751
	<u>231.084</u>	<u>213.076</u>

Adicionalmente, em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o detalhe dos compromissos a pagar em anos futuros, decorrentes dos contratos de locação operacional em vigor relativos, essencialmente, a equipamentos de transporte e de escritório, era como segue:

	Junho 2015	Dezembro 2014
Até 1 ano	16.337	6.561
Entre 1 e 5 anos	27.835	13.863
A mais de 5 anos	9.831	7.745
Total	<u>54.003</u>	<u>28.169</u>

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa-mãe, Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., responde solidariamente pelas obrigações das suas participadas com as quais mantém uma relação de domínio.

17. Provisões

Em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a classificação das provisões era a seguinte:

	Junho 2015	Dezembro 2014
Provisões não correntes:		
Provisões para riscos fiscais	39.717	39.219
Provisões para recuperação paisagística	41.736	43.117
Provisões relativas a pessoal	30.289	29.980
Outras provisões para riscos e encargos	9.674	9.961
	<u>121.415</u>	<u>122.276</u>
Provisões correntes:		
Provisões relativas a pessoal	3.440	4.469
	<u>124.856</u>	<u>126.746</u>

O movimento ocorrido nas provisões durante os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	Provisões para riscos fiscais	Provisões para recuperação paisagística	Provisões relativas a pessoal	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	38.503	42.802	30.878	13.049	125.233
Efeito da conversão cambial	55	40	151	(148)	97
Reforços	-	653	3.364	596	4.613
Utilizações	(15)	(99)	(2.020)	(1.061)	(3.195)
Transferências	34	-	-	(34)	-
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>38.577</u>	<u>43.396</u>	<u>32.373</u>	<u>12.402</u>	<u>126.748</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	39.219	43.117	34.449	9.961	126.746
Efeito da conversão cambial	(236)	(1.402)	(762)	184	(2.215)
Reforços	823	510	2.385	1.757	5.475
Reversões	-	(372)	(212)	(1.221)	(1.806)
Utilizações	-	(117)	(2.002)	(1.225)	(3.344)
Transferências	(89)	-	(129)	217	-
Saldo em 30 de junho de 2015	<u>39.717</u>	<u>41.736</u>	<u>33.729</u>	<u>9.674</u>	<u>124.856</u>

Os reforços e as reversões de provisões, ocorridas nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, foram efetuados por contrapartida das seguintes rubricas:

	Junho 2015	Junho 2014
Resultados do período:		
Custos operacionais	15	-
Custos com o pessoal	407	400
Proveitos operacionais	(2)	-
Provisões	(685)	811
Custos e perdas financeiros	3.551	3.402
Impostos sobre o rendimento (Nota 8)	384	-
	<u>3.670</u>	<u>4.613</u>

Os custos e perdas financeiros incluem o efeito da atualização financeira das provisões para recuperação paisagística.

18. Empréstimos

Em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos obtidos eram como segue:

	Junho 2015	Dezembro 2014
Passivos não correntes:		
Empréstimos por obrigações	1.422.088	1.442.146
Empréstimos bancários	1.968.266	1.904.331
Outros empréstimos obtidos	768.743	768.743
	<u>4.159.096</u>	<u>4.115.219</u>
Passivos correntes:		
Empréstimos bancários	206.663	169.969
Outros empréstimos obtidos	-	27
	<u>206.663</u>	<u>169.997</u>
	<u>4.365.759</u>	<u>4.285.216</u>

Empréstimos por obrigações

O detalhe das emissões de empréstimos por obrigações, não convertíveis, em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, era o seguinte:

Unidade de negócio	Instrumento	Moeda	Data de emissão	Cupão (b)	Maturidade final	Junho 2015	Dezembro 2014
						Não corrente	Não corrente
Brasil	Debênture - Brasil (a)	BRL	Mar.12	Variável indexada ao CDI	Abr.22	432.390	462.465
Brasil	Debênture - Brasil	BRL	Jan.12	Variável indexada ao CDI	Ago.16	146	479
Brasil	Debênture - Brasil	BRL	Ago.12	Variável indexada ao CDI	Ago.22	345.912	371.861
Holdings e Veículos Financeiros	Senior Notes (c)	USD	Jul.14	5,75%	Jul.24	643.640	607.342
						<u>1.422.088</u>	<u>1.442.146</u>

(a) Garantido por entidades controladoras da Empresa.

(b) As taxas variáveis contratadas consideram *spreads* até 15% acima do índice.

(c) No decurso do semestre findo em 30 de junho de 2015 o Grupo adquiriu obrigações no valor nominal de 20.650 milhares de USD, por um preço médio de 83%, de que resultou o desreconhecimento de um passivo no montante de 16.250 milhares de euros (Nota 20) e o reconhecimento de um ganho de 3.104 milhares de euros (Nota 7).

Empréstimos bancários

Em 30 de junho 2015 e em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos bancários apresentavam a seguinte composição:

Unidade de Negócio	Tipo de financiamento	Moeda	Taxa de juro (c)	Data de Contratação	Maturidade	Junho 2015		Dezembro 2014		
						Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	mai-12	jan-22	(a)	-	443.823	-	406.921
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev-12	fev-22	(a)	-	303.723	-	303.340
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev-14	ago-19	(a)	-	59.536	-	59.528
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev-14	ago-19	(a)	-	192.252	-	176.614
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev-14	ago-21	(a)	-	59.536	-	59.528
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev-14	ago-21	(a)	-	192.275	-	176.614
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev-14	ago-21	(a)	-	265.207	-	243.606
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	mai-14	mai-19	-	-	44.216	-	137.711
Holdings e Veículos Financeiros	Bilateral	EUR	Variável	mar-15	mar-16	(a)	50.000	-	-	-
Holdings e Veículos Financeiros	Bilateral	EUR	Fixa	dez-14	dez-18	-	-	24.000	-	24.000
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	ARS	Variável indexada Badlar	Varias	Varias	-	66.675	52.873	76.058	60.275
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	USD	Variáveis indexadas US Libor	Varias	Varias	-	2.353	53.095	2.271	49.987
U.N. Brasil	Vários Bilaterais	USD	Fixas e variáveis	Varias	Varias	-	39.238	-	37.604	-
U.N. Brasil	Vários Bilaterais	BRL	Fixas e variáveis	Varias	Varias	(b)	11.323	81.860	23.254	84.235
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	USD	Variáveis indexadas US Libor	Varias	Varias	-	27.282	76.106	18.729	76.195
U.N. África do Sul	Bilateral	ZAR	Variáveis indexadas Jibar	dez-13	dez-18	-	-	44.303	-	42.708
U.N. Portugal e Cabo Verde	Banco Europeu Investimento	EUR	Taxa BEI	set-03	set-15	-	3.333	-	6.667	-
U.N. Portugal e Cabo Verde	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	Varias	Varias	(a)	-	75.000	-	-
U.N. Portugal e Cabo Verde	Bilateral	MZN	Variável indexada BT 3M	ago-10	fev-16	-	2.958	-	2.549	1.853
U.N. Moçambique	Bilateral	MZN	Variável indexada BT 3M	ago-10	fev-16	-	3.499	464	2.837	1.214
U.N. Egípto	Vários Bilaterais	EGP	Variáveis indexadas ao Corridor	Varias	Varias	-	206.663	1.968.266	169.969	1.904.331

(*) Consideram o conjunto das empresas incluídas no segmento Holdings, entidades de suporte ao negócio, corporativas e trading.

(a) Garantido por entidades controladoras da Empresa;

(b) Garantido cerca de 96 milhões de euros por entidades controladoras da Empresa;

(c) As taxas variáveis contratadas para os principais financiamentos em dólares e em euros consideram *spreads* entre 2,5% e 3,5%.

Outros empréstimos obtidos

Os outros empréstimos obtidos referem-se, essencialmente às dívidas da Cimpor Trading e Inversiones à Austria Holding GmbH, conforme segue:

Unidade de negócio	Instrumento	Moeda	Data de emissão	Cupão (b)	Maturidade final	Junho 2015		Dezembro 2014	
						Não corrente	Não corrente	Não corrente	Não corrente
Holdings e Veículos Financeiros	Intercompany Loan	EUR	Fev.13	Variável indexada à Euribor	Fev.16	41.843	-	41.843	-
Holdings e Veículos Financeiros	Intercompany Loan	EUR	Dez.12	Taxa Fixa	Abr.17 (*)	381.900	-	381.900	-
Holdings e Veículos Financeiros	Intercompany Loan	EUR	Fev.14	Taxa Fixa	Abr.17 (*)	345.000	-	345.000	-
						<u>768.743</u>	<u>-</u>	<u>768.743</u>	<u>-</u>

(*) No semestre findo em 30 de junho de 2015 foi acordada a alteração dos termos destes financiamentos. As maturidades foram reduzidas de, respetivamente, junho de 2018 e fevereiro de 2021, para abril de 2017, tendo-se, com efeito a abril de 2015, alterado a correspondente remuneração para taxa fixa, ajustada em função da nova maturidade.

Estão aqui também incluídos financiamentos de entidades oficiais, no âmbito de contratos programa relacionados com projetos de investimento.

Os empréstimos não correntes apresentam os seguintes prazos de reembolso em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

Ano	Junho 2015	Dezembro 2014
2016	143.621	166.935
2017	946.562	222.146
2018	279.166	642.717
2019	857.607	863.880
Após 2019	1.932.140	2.219.542
	<u>4.159.096</u>	<u>4.115.219</u>

Em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro 2014, os financiamentos encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	Junho 2015		Após cobertura	Dezembro 2014		Após cobertura
	Valor em divisa	Valores em euros	Valores em euros	Valor em divisa	Valores em euros	Valores em euros
USD	2.207.702	1.979.487	533.813	2.349.125	1.933.595	597.275
BRL	3.016.105	871.631	871.631	3.040.783	942.294	942.294
EUR	-	1.343.870	2.789.543	-	1.221.832	2.558.153
ARS	1.211.974	119.548	119.548	1.386.971	136.333	136.333
MZN	125.377	2.958	2.958	176.481	4.402	4.402
EGP	33.726	3.963	3.963	35.188	4.051	4.051
ZAR	600.000	44.303	44.303	600.002	42.708	42.708
		<u>4.365.759</u>	<u>4.365.759</u>		<u>4.285.216</u>	<u>4.285.216</u>

Decorrente da contratação de instrumentos financeiros derivados de cobertura de taxa de câmbio, do total de empréstimos em dólares, 534 milhões de Euros (597 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2014) encontram-se expostos ao risco cambial, que considerando as disponibilidades em USD – 204 milhões de Euros (141 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2014), reduz a exposição líquida àquela moeda a cerca de 330 milhões de Euros (456 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2014). A exposição líquida da dívida em Euros, considerando os instrumentos financeiros derivados, é inferior em cerca de 220 milhões de euros (100 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014).

19. Instrumentos financeiros derivados

Justo valor dos instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é o seguinte:

	Outros ativos				Outros passivos			
	Correntes		Não correntes		Correntes		Não correntes	
	Junho 2015	Dezembro 2014	Junho 2015	Dezembro 2014	Junho 2015	Dezembro 2014	Junho 2015	Dezembro 2014
Coberturas de <i>cash-flow</i> :								
<i>Swaps</i> de taxa de juro e câmbio	19.522	13.456	227.316	90.576	2.002	1.838	1.683	4.032
Trading:								
Derivados de taxa de juro	-	-	-	-	-	594	-	-
Derivados de taxa de juro e de câmbio	-	-	-	24.599	-	-	-	-
	<u>19.522</u>	<u>13.456</u>	<u>227.316</u>	<u>115.175</u>	<u>2.002</u>	<u>2.432</u>	<u>1.683</u>	<u>4.032</u>

Estes saldos estão incluídos nas rubricas de Outros ativos e passivos, correntes e não correntes da Demonstração Condensada da Posição Financeira.

No quadro abaixo detalha-se o justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados passíveis de serem qualificados como de cobertura de *cash-flow* em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Tipo de cobertura	Nocional	Tipo de operação	Maturidade	Objectivo económico	Justo valor	
					Junho 2015	Dezembro 2014
Cash-flow	USD 200.000.000	Cross Currency Swap	jul/24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	35.898	13.657
Cash-flow	USD 200.000.000	Cross Currency Swap	jul/24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	31.138	10.603
Cash-flow	USD 100.000.000	Cross Currency Swap	jul/24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	15.791	5.719
Cash-flow	USD 50.000.000	Cross Currency Swap	jul/24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	8.952	3.395
Cash-flow	USD 150.000.000	Cross Currency Swap	jul/24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	25.402	8.976
Cash-flow	USD 217.500.000	Cross Currency Swap	fev/19	Cobertura de cash-flow de Tranche A do financiamento Sindicado	22.410	11.668
Cash-flow	USD 217.500.000	Cross Currency Swap	fev/19	Cobertura de cash-flow de Tranche B do financiamento Sindicado	32.707	15.086
Cash-flow	USD 500.000.000	Cross Currency Swap	jan/22	Cobertura de cash-flow de financiamento bancário	74.540	34.927
Cash-flow	EUR 379.218.809	Interest Rate Swap	jan/22	Cobertura de cash-flow de financiamento bancário	(3.686)	(5.869)
					<u>243.153</u>	<u>98.162</u>

Adicionalmente, o justo valor da carteira de instrumentos financeiros derivados não qualificados como cobertura, em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, tinham a seguinte composição:

Nacional	Tipo de operação	Maturidade	Objectivo económico	Justo valor	
				Junho 2015	Dezembro 2014
USD 50.000.000	Cross-Currency-Swap	set-18	Criação de um Empréstimo Sintético em BRL a)	-	6.215
USD 50.000.000	Cross-Currency-Swap	set-18	Criação de um Empréstimo Sintético em BRL a)	-	5.926
USD 50.000.000	Cross-Currency-Swap	set-18	Criação de um Empréstimo Sintético em BRL a)	-	6.189
USD 50.000.000	Cross-Currency-Swap	set-18	Criação de um Empréstimo Sintético em BRL a)	-	6.270
EUR 25.000.000	IRS com perna recebedora condicionada	jun-15	Redução dos Custos Financeiros do Grupo - Swap com opções vendidas num Índice de Taxa Juro b)	-	(594)
				-	24.005

(a) Na sequência da amortização antecipada do passivo subjacente desta cobertura procedeu-se ao cancelamento dos instrumentos financeiros derivados ao valor de mercado, pelo valor de 39.640 milhares de euros de que resultou um ganho líquido de 17.978 milhares de euros (Nota 7).

(b) Em junho de 2015 esta cobertura atingiu a maturidade.

20. Notas às demonstrações de fluxos de caixa consolidadas

Em 30 de junho de 2015 e 2014, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa constante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa tem a seguinte composição:

	Junho 2015	Junho 2014
Numerário	304	527
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	355.031	267.759
Depósitos a prazo	150.882	99.133
Títulos negociáveis	138.634	144.329
	644.851	511.748
Descobertos bancários	-	(224)
	644.851	511.524

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações das posições financeiras consolidadas em 30 de junho de 2015 e 2014 inclui, adicionalmente, um montante de 27.908 milhares de euros e 88.314 milhares de euros, respetivamente, correspondentes a fundos exclusivos que não cumprem integralmente com os requisitos necessários para reconhecimento como caixa e equivalentes na demonstração de fluxos de caixa.

No semestre findo em 30 de junho de 2015, a rubrica de recebimentos de fundos exclusivos e outros investimentos referem-se ao resgate de fundos exclusivos acima referidos.

No semestre findo em 30 de junho de 2015, as rubricas de recebimentos e pagamentos de empréstimos são justificadas essencialmente por: i) na área de negócios de Portugal a contratação de um financiamento de 50 milhões de euros ao Citibank e de um financiamento de 25 milhões de euros ao BBVA; ii) a emissão pela Empresa de papel comercial no montante de 50 milhões de euros; iii) a pré-amortização parcial na Cimpor B.V., em 120 milhões de USD, do financiamento do Bradesco no montante inicialmente contratado de 200 milhões de USD; iv) a operação de recompra de obrigações emitidas no montante de 16 milhões de euros (Nota 18).

No semestre findo em 30 de junho de 2014, as rubricas de recebimentos e pagamentos de empréstimos referiam-se essencialmente a duas operações de refinanciamento de dívida, um empréstimo sindicado de 900 milhões de dólares (dos quais cerca de 210 milhões realizados com movimentação de caixa) e um InterCompany Loan de 345 milhões de euros.

21. Partes relacionadas

As transações e saldos entre as empresas consolidadas pelo método integral foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as empresas associadas e outras partes relacionadas enquadram-se no âmbito das atividades operacionais normais, exceto no que respeita ao saldo a pagar à InterCement Áustria Holding GmbH, de cerca 770 milhões de euros, correspondente a três empréstimos e juros corridos àquela entidade, já existentes em 31 de dezembro de 2014 (Nota 18). Os encargos financeiros, no semestre findo em 30 de junho de 2015, decorrentes dos financiamentos, ascenderam a cerca de 11 milhões de euros (13 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2014). Adicionalmente, no semestre findo em 30 de junho de 2015, foram contratados dois novos empréstimos garantidos por entidades controladoras da Empresa, no montante de 125 milhões de euros (Nota 18).

22. Ativos e passivos financeiros no âmbito do IAS 39

O Grupo Cimpor, no desenvolvimento das suas atividades correntes, está exposto a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de afetarem a sua situação patrimonial e resultados, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de taxa de juro;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de contraparte.

Por risco financeiro, entende-se, justamente, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial do Grupo.

A gestão dos riscos supra referidos – decorrentes, em larga medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Comissão Executiva, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no desempenho do Grupo. Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e *cash flows* sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro 2014, as políticas contabilísticas previstas na IAS 39 para os instrumentos financeiros foram aplicadas no Grupo aos seguintes itens:

2015	Disponibilidades, Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e passivos e empréstimos financeiros	Ativos/ passivos financeiros ao justo valor	Total
Ativos:					
Caixa e equivalentes de caixa	644.851	-	-	27.908	672.759
Clientes e adiantamentos a fornecedores	212.536	-	-	-	212.536
Outros investimentos	-	6.279	-	2.573	8.852
Outras dívidas de terceiros não correntes	32.677	-	-	-	32.677
Outras dívidas de terceiros correntes	32.429	-	-	-	32.429
Outros ativos não correntes	-	-	-	227.316	227.316
Outros ativos correntes	8.353	-	-	19.522	27.875
Total de ativos financeiros	930.846	6.279	-	277.319	1.214.445
Passivos:					
Empréstimos não correntes	-	-	4.159.096	-	4.159.096
Empréstimos correntes	-	-	206.663	-	206.663
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	252.209	-	252.209
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	16.271	-	16.271
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	92.751	-	92.751
Outros passivos não correntes	-	-	1.865	1.683	3.549
Outros passivos correntes	-	-	184.976	2.002	186.978
Total de passivos financeiros	-	-	4.913.831	3.686	4.917.517

2013	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Ativos/ passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Total
Ativos:					
Caixa e equivalentes de caixa	616.271	-	-	-	616.271
Clientes e adiantamentos a fornecedores	241.554	-	-	-	241.554
Outros investimentos	-	12.298	-	907	13.206
Outras dívidas de terceiros não correntes	26.445	-	-	-	26.445
Outras dívidas de terceiros correntes	32.446	-	-	-	32.446
Outros ativos não correntes	2	-	-	-	2
Outros ativos correntes	6.247	-	-	14	6.261
Acréscimos de proveitos correntes	2.433	-	-	-	2.433
Total de ativos financeiros	922.965	12.298	-	922	936.185
Passivos:					
Empréstimos não correntes	-	-	4.182.830	-	4.182.830
Empréstimos correntes	-	-	189.499	-	189.499
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	190.344	-	190.344
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	31.582	-	31.582
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	137.522	-	137.522
Outros passivos não correntes	-	-	6.402	2.575	8.976
Outros passivos correntes	-	-	121.133	341	121.474
Total de passivos financeiros	-	-	4.859.311	2.915	4.862.227

Estimativa de justo valor - ativos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 30 de junho de 2015, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação;
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

Categoria	Item	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos:				
Ativos financeiros disponíveis para venda	Fundo de investimento	1.539	-	-
Ativos financeiros ao justo valor	Caixa e equivalentes de caixa	27.908	-	-
Ativos financeiros ao justo valor	Instrumentos financeiros derivados	-	246.838	-
Ativos financeiros ao justo valor	Outros investimentos	2.573	-	-
Passivos:				
Passivos financeiros ao justo valor	Instrumentos financeiros derivados	-	3.686	-

Estimativa de justo valor – ativos e passivos que não estão ao justo valor

A mensuração do justo valor dos instrumentos financeiros derivados baseia-se em parâmetros extraídos de base de dados de agências de informação externas, sendo os resultados obtidos confrontados com as correspondentes avaliações efetuadas pelas contrapartes.

Exceto no que respeita aos empréstimos não correntes, a generalidade dos ativos e passivos financeiros têm maturidades de curto prazo, pelo que se considera que o seu justo valor é idêntico aos respetivos valores contabilísticos.

Relativamente aos empréstimos, conforme evidenciado na Nota 18, a generalidade dos mesmos encontra-se contratada a taxas de juro variável com margens que se estimam serem próximas das que seriam possíveis ser contratadas em 30 de junho de 2015. Dessa forma, entende-se que o correspondente valor contabilístico (custo amortizado) não difere significativamente do correspondente valor de mercado, com exceção de dívida e das Senior Notes emitidas pela Cimpor B.V. e nas áreas de negócio do Brasil, Argentina e Paraguai, cujo efeito da valorização ao justo valor, face ao respetivo valor contabilístico em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respetivamente, é o seguinte:

	2015	2014
Justo valor	1.473.476	1.535.421
Valor contabilístico	1.597.142	1.610.066

23. Eventos subsequentes

Sessão de julgamento do CADE

Em 29 de julho de 2015, conforme comunicado ao mercado, foram julgados os recursos apresentados pelo Grupo, bem como por outras empresas do sector no Brasil, no âmbito do processo intentado pelo Conselho Administrativo de Defesa Económica (CADE) do Brasil, por supostas condutas alusivas à prática de infrações à ordem económica nos mercados do cimento e betão pronto por diversas empresas do sector, tendo sido mantida pelo CADE a decisão no que tange às suas penalidades principais, conforme mencionado na Nota 16.

O Grupo, suportado no entendimento dos seus assessores jurídicos, mantém a firme convicção que nenhuma infração foi praticada, pelo que irá atempadamente recorrer da decisão, situação que conduzirá à suspensão da aplicação das referidas penalidades enquanto não venha a ocorrer decisão judicial definitiva.

A esta data, decorre ainda prazo para apreciação de eventuais novos recursos de “embargo de declaração”, pelo Grupo e/ou por qualquer das restantes entidades envolvidas no processo. Apenas após decorrido este prazo será certificado pelo CADE o trânsito em julgado no âmbito administrativo.

Na sequência da evolução entretanto ocorrida, acima descrita, os nossos assessores jurídicos mantêm o entendimento de que o risco de perda no âmbito judicial é possível. Mais ainda, é entendimento dos nossos assessores que, uma vez desencadeados os recursos judiciais, é remota a possibilidade de exigência de execução das penalidades indicadas antes do desfecho da via judicial.

24. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas, e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 17 de agosto de 2015.

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS ⁽¹⁾

Acionistas	Nº de Ações	% do Capital Social ⁽²⁾	% de Direitos de Voto ⁽³⁾
Grupo Camargo Corrêa	632,933,437	94.19%	94.19%
Rosana Camargo de Arruda Botelho, Renata de Camargo Nascimento e Regina de Camargo Pires Oliveira Dias que controlam directamente em conjunto a sociedade RRRPN - Empreendimentos e Participações, S.A. e de forma isolada, respectivamente, as sociedades (a) RCABON Empreendimentos e Participações, S.A. e a RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A.; (b) RCNON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A.; e (c) RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A..	632,933,437	94.19%	94.19%
Através das sociedades RRRPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCABON Empreendimentos e Participações, S.A., RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCNON Empreendimentos e Participações, S.A., RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A..	632,933,437	94.19%	94.19%
Através da sociedade, por si controlada directa e conjuntamente, Participações Morro Vermelho, S.A.	632,933,437	94.19%	94.19%
Através da sociedade Camargo Corrêa, S.A. por si integralmente controlada	632,933,437	94.19%	94.19%
Através da sociedade Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. por si integralmente detida	131,353,069	19.55%	94.19%
Através da sociedade InterCement Participações S.A. por si controlada	501,580,368	74.64%	94.19%
Através da InterCement Austria Holding GmbH por si integralmente detida	501,580,368	74.64%	94.19%
São imputáveis à InterCement Austria Holding GmbH, segundo o entendimento da CMVM perante a OPA lançada por esta sobre a Cimpor, o somatório dos direitos de voto inerentes às seguintes participações:			
Participação por si detida	501,580,368	74.64%	74.64%
Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. (sociedade do Grupo Camargo Corrêa acima referida)	131,353,069	19.55%	19.55%

(1) Conforme Comunicados de Participações Qualificadas e outras informações recebidas pela sociedade.

(2) Com direito de voto

(3) Base de cálculo inclui totalidade de ações próprias, i.e. totalidade das ações com direitos de voto, não relevando para o mesmo a suspensão do respetivo exercício (conforme critério do artº 16º, nº3, b) do CVM)

INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o prescrito no artº 447º do Código das Sociedades Comerciais e no regulamento nº 5/2008 da CMVM, a seguir se indica a posição final a 30 de junho de 2015, das ações Cimpor pertencentes aos membros dos órgãos de administração e fiscalização, quadros dirigentes e entidades estreitamente relacionadas com os mesmos, sendo que ao longo do primeiro semestre não se registaram transações, pelos acima referidos:

Ações

Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Acionistas	N.º Títulos 31-12-2014	N.º Títulos 30-06-2015	Movimentos no primeiro semestre de 2015			
			Aquisições	Alienações	Preço Unit. €	Data
Daniel Proença de Carvalho	1	1				

Sociedades estreitamente relacionadas com Dirigentes

Acionistas	N.º Títulos 31-12-2014	N.º Títulos 30-06-2015	Movimentos no primeiro semestre de 2015			
			Aquisições	Alienações	Preço Unit. €	Data
Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. ⁽¹⁾	161,527,515	161,527,515				

⁽¹⁾ Pela pessoa consigo relacionada, José Edison Barros Franco, ser também membro do Conselho de Administração da Cimpor.

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR
AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

Introdução

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de junho de 2015 da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa”) e suas subsidiárias incluída no Relatório de Gestão, na demonstração da posição financeira consolidada (que evidencia um ativo total de 6.523.192 milhares de Euros e capital próprio de 868.531 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo atribuível aos acionistas de 6.984 milhares de Euros), nas demonstrações consolidadas do resultado e do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data e no correspondente anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, posteriormente ajustadas no âmbito do processo de consolidação, para estarem de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade e a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira, os seus resultados ou o seu rendimento integral.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspetos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira consolidada, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu principalmente, em: (a) indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira consolidada; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira consolidada; e (v) se, para os aspetos materialmente relevantes, a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; e (b) testes substantivos às transações não usuais e de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente Relatório de Revisão Limitada sobre a informação semestral consolidada.

Parecer

8. Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de junho de 2015, referida no parágrafo 1 acima, da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34), e que, nos termos das definições incluídas nas diretrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Lisboa, 17 de agosto de 2015

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Carlos Alberto Ferreira da Cruz